

**Por um programa democrático antineoliberal!
Pela unidade da esquerda!
Por um PT democrático e socialista!**

I. Um balanço de dois anos

Há dois anos realizamos nossa XIII Conferência. Nela formulamos o ponto de vista fundamental da Democracia Socialista para o período que se abria e que tinha como foco a decisiva eleição presidencial de 2022:

“O fato de que a esquerda lidera a luta democrática no Brasil nos permite colocar como objetivo conjunto derrotar, além da extrema-direita, o programa neoliberal. Essa dupla vitória deve abrir um cenário de possibilidades de transformações ainda inéditas no Brasil, um processo de revolução democrática. Essa perspectiva nos remete ao debate do programa – que nada mais é do que a compreensão das possibilidades e das tarefas para alcançá-las – para o período histórico que vivemos. O sentido geral desse programa pode ser sintetizado na tríade eleger Lula, construir a alternativa ao capitalismo neoliberal, colocar em marcha o processo de radicalização da democracia.”

Lula foi eleito presidente em uma eleição apertada. Conseguimos ampla maioria na base da classe trabalhadora que ganha até dois salários-mínimos e na região Nordeste. Uma parte significativa da classe trabalhadora, no entanto, votou em Bolsonaro.

Na eleição de Lula formaram-se duas frentes, a de esquerda no 1º turno e a frente ampla no 2º turno. A função de Alckmin como vice-presidente foi uma escolha de Lula. O vice, ex-governador de SP pelo PSDB por vários mandatos, tem evidentemente vínculos orgânicos com setores burgueses e com um núcleo neoliberal de economistas, mas sua campanha de 2018 (quando obteve cerca de 5º dos votos) já revelava a perda de papel dirigente que seu antigo partido e ele próprio já tiveram. No 2º turno, a entrada do MDB e de outras figuras simbólicas do neoliberalismo brasileiro configurou a frente ampla com suas pressões sobre o governo, especialmente sobre o programa econômico.

A correlação de forças refletiu, grosso modo e de forma piorada, a grande contradição evidente desde a primeira eleição de Lula em 2002, com o congresso e governadores do sudeste, sul e centro-oeste com perfil conservadores versus presidente da república e governadores do nordeste (incluindo o governo do Pará em 2006 e o de Minas em 2014), refletindo a polarização social e o modelo eleitoral que continua sob influência do poder econômico, dos privilégios parlamentares e de uma representação legislativa com voto nominal e não-proporcional. Apesar de vencermos as batalhas presidenciais, as bancadas de esquerda não superaram 30 % das cadeiras.

Mantido este modelo teremos a continuidade da situação de um Governo Federal submetido a chantagens permanentes para viabilizar a aprovação de qualquer medida legislativa. O Congresso impede ou limita e dita o ritmo de qualquer iniciativa de mudança - seja ela estrutural ou não - em benefício das classes trabalhadoras e das populações exploradas, discriminadas e marginalizadas.

Essa situação se torna ainda mais grave diante da ausência de reflexão mais aprofundada e ações concretas e sistemáticas por parte do conjunto da esquerda, seus movimentos e organizações, para superar essa questão.

O assim chamado “Centrão” e afins, vem a cada legislatura cristalizando cada vez mais seu poder de modular as iniciativas do executivo e agindo para que seus parlamentares se perpetuem em seus mandatos.

A cada legislatura, parcelas cada vez mais significativas do orçamento público são capturadas para financiar suas práticas clientelistas e de compra de votos. Inicialmente foi com o advento das emendas individuais impositivas, ainda no Governo Dilma. Depois as emendas de bancada também passaram a ser impositivas. E o coroamento veio com o chamado “orçamento secreto” que, mesmo após decisão do STF, tem seus recursos ainda disponíveis a esses parlamentares. O aumento desses ganhos financeiros veio acompanhado de mudanças na legislação eleitoral que, em seu conjunto, perseguem o mesmo objetivo de perpetuação de mandatos e manutenção de um sistema baseado na despolitização e personalização das práticas políticas.

Sem um enfrentamento duro a essas questões, nada mudará nos próximos anos e futuros governos de esquerda sofrerão as mesmas chantagens. Esse enfrentamento passa necessariamente por uma politização maior da ação cotidiana de nossas organizações: partidos, sindicatos, movimentos, frentes, associações. É preciso relacionar essa realidade aos temas da democratização do estado brasileiro, do orçamento participativo, da luta por uma reforma política democratizante. E acima de tudo é preciso lembrar o caráter de classe da composição do Congresso, onde as elites econômicas organizam escancaradamente bancadas para defesa de seus interesses.

O gatilho golpista detonado em 8 de janeiro mostrou a profunda imbricação entre o aparato militar e policial com uma extrema-direita mobilizada. A pronta intervenção determinada por Lula, seguida dos julgamentos dos golpistas pelo STF, deteve o golpe e iniciou um processo ainda muito limitado de substituição de comandos e estruturas golpistas nas FFAA e polícias.

A derrota de Bolsonaro e a derrota do movimento golpista de 8 de janeiro não implicaram, no entanto, no desaparecimento da extrema-direita como força social e política.

Pesando ainda decisivamente contra uma correlação de forças favorável ao programa democrático antineoliberal, o Banco Central “independente” e com ampla margem de legitimidade sustenta uma das maiores taxas de juros do mundo e trava políticas desenvolvimentistas. O fato de não ter sido objeto de contestação e deslegitimação durante a campanha, naturalmente, dificultou o seu (curto) enfrentamento depois da vitória. Essa, portanto, é uma questão central que continua posta.

Ao lado dela, a resultante do arcabouço fiscal — armadilha que trouxe um novo tipo de teto de gastos e da qual o governo eleito não foi capaz de esquivar-se, como havia anunciado na campanha eleitoral — foi permeada de concessões liberais, negativas às políticas de investimentos e gastos públicos, como afirma o manifesto crítico que assinamos junto com diversos deputados de esquerda.

A recente manifestação crítica do Presidente Lula ao déficit zero deve ser saudada e apoiada enfaticamente.

A participação popular foi recolocada na agenda do governo. Iniciamos esse processo no planejamento plurianual; defendemos seu desdobramento para um orçamento participativo nacional efetivo. Esse é um desafio ainda em aberto, a ser conquistado. Ele pode e deve ser combinado com a retomada das políticas públicas que deve ser também saudada e que precisa vir junto com um processo de mobilização e participação dos próprios beneficiados.

As lutas sociais, a mobilização da CUT e das demais centrais das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, não tiveram um salto com a eleição de Lula. A mobilização eleitoral não teve continuidade através dos comitês populares. É como se todo avanço político dependesse de Lula, em um processo de substituição em grande escala. Praticamente todo o campo político de esquerda se unificou em torno da defesa do governo Lula, mas não se mobiliza em conjunto, ainda, para contrabalançar os limites políticos do próprio governo, pressionado na sua governabilidade institucional e econômica.

Nesse quadro tivemos conquistas parciais, mas também renovação dos impasses e limites na governabilidade e na economia. Houve recuperação das políticas públicas e de desenvolvimento econômico, mas aquém dos avanços das primeiras experiências de governos do PT e, sobretudo, muito aquém dos desafios postos ao PT e à esquerda brasileira nesse momento.

A sociedade brasileira continua polarizada entre esquerda e extrema-direita, mesmo com a vitória eleitoral de Lula e com a derrota do golpe de 8 de janeiro.

A extrema-direita se nutre dos efeitos corrosivos do neoliberalismo sobre o conjunto da classe trabalhadora levando à pulverização de empregos e subempregos, à perda de identidade de classe. Esse processo, evidentemente, não foi revertido (e nem poderia) no primeiro ano do governo. Mas devemos colocar em questão o ritmo (lento e parcial) e mesmo a direção dessa superação em processo (com uma democratização limitada, com acordos e compromissos “normalizadores” com a governabilidade conservadora e com o Banco Central). Acordos defensivos e de custo altíssimo com o Centrão não garantem a estabilidade institucional e nem a aprovação do conjunto de projetos necessários, porque esbarram nos próprios interesses por ele representados. De outro lado, a redução do alcance das políticas de desenvolvimento e do gasto público e a relação “apaziguada” com o BC “independente” não dão conta de abrir um novo processo de desenvolvimento e estabelecer um processo virtuoso de direitos e distribuição de renda.

Num mundo sob o domínio do capital financeiro, que busca a todo custo, cada vez mais, a acumulação de capital, cresce a ojeriza à democracia, com o aumento de intervenções em governos que apresentem, minimamente, o desejo de implementar políticas antineoliberais. Proliferam também teorias econômicas que sustentam os interesses do capital financeiro. Neste sentido vemos crescentemente a adoção, por parte de movimentos políticos, governos e setores empresariais, das teses da escola austríaca de Von Mises e Hayek. No Brasil, o Instituto Mises virou a escola da extrema-direita. É de assustar, por exemplo, o culto que se faz ao livro *Democracia: O deus que falhou*, de Hans-Hermann Hoppe, utilizado em aulas deste Instituto, onde se pode ler, por exemplo:

... eles (os democratas e comunistas) terão de ser fisicamente separados e expulsos da sociedade. Da mesma forma, em uma aliança fundada com a finalidade de proteger a família e os clãs, não pode haver tolerância para com aqueles que habitualmente promovem estilos de vida incompatíveis com esse objetivo. Eles – os defensores de estilos de vida alternativos, avessos à família e a tudo que é centrado no parentesco (como por exemplo, o hedonismo, o parasitismo, o culto da natureza e do meio ambiente, a homossexualidade ou o comunismo) – terão de ser também removidos da sociedade para que se preserve a ordem libertária”.

Assim se moldam os grupos de extrema direita, não mais dispersos e isolados, mas articulados organicamente no mundo. É preciso dizer que esta articulação e disseminação da extrema-direita tem sido “auxiliada” pela desilusão causada por governos “progressistas” que se omitem ou se dispõem a aplicar os planos de austeridade, neoliberais, em cada canto do mundo.

Para o sucesso desta nova ordem que pretende impulsionar no mundo, a extrema direita precisa assegurar os seus públicos apoiadores. O advento da internet proporcionou a base para que tecnologias adequadas fossem colocadas em prática. A escola de Steve Bannon “inaugurou” esta tecnologia. A vitória de Trump e o Brexit foram as primeiras experiências. A eleição de Bolsonaro em 2018 usou fartamente este modelo, que, aliás, continua sendo aplicado.

Quando constatamos a enorme resistência do Bolsonarismo — a despeito das inúmeras denúncias de corrupção e de malfeitos — medida pelos institutos de pesquisa, podemos atribuir, em grande medida, à potente comunicação da extrema-direita. A cada dia, mensagens centralizadas são disparadas para a rede de apoiadores. Estes se encarregam de difundi-las, abarcando um imenso público que passa a falar a mesma linguagem e as mesmas informações. Por outro lado, quando vemos que, a despeito do imenso volume de realizações de nosso governo, sua popularidade patina ou aumenta muito pouco, é preciso abandonar o ufanismo e buscar compreender o que está ocorrendo. O bolsonarismo deixou inúmeras armadilhas para o Governo Lula, principalmente um Presidente do Banco Central “independente”, bolsonarista e um Congresso Nacional pleno de bolsonaristas associado ao Presidente da Câmara dos Deputados chantagista.

O Governo e o PT não podem basear a governabilidade exclusivamente em acordos com o Congresso, sobretudo com a Câmara dos Deputados. É preciso mobilizar nossas bases, é preciso mobilizar o povo. Criar condições para isso depende em muito de uma comunicação baseada em:

- a) desmontar a criminosa rede bolsonarista usando todos os meios legais possíveis;
- b) falar com a base petista – um partido com três milhões de filiados pode facilmente alcançar cerca de quinze milhões de pessoas que passariam a receber mensagens diárias, informativas, do Partido e do Governo;
- c) desenvolver um sistema de comunicação popular com os diretórios zonais, municipais e estaduais, bancadas de vereadores e deputados estaduais e distritais, comprometendo-os com a divulgação periódica de informações sobre as realizações do governo e esclarecimentos sobre a campanha de desinformação de nossos adversários;
- d) contribuir ativamente para uma rede plural e criativa que expresse os valores da democracia, da liberdade, dos direitos humanos e dos direitos sociais;

e) propor uma ampla cooperação e unidade da esquerda no campo da comunicação.

Basear nossa comunicação exclusivamente em repasses financeiros a redes de TV já deu errado no passado e agora, mais do que antes, será um fracasso.

Implementar um governo fortemente comprometido com a participação popular é essencial para ampliação de nossas bases de sustentação. Uma articulação efetiva de Centrais Sindicais e Movimentos Populares também vai na mesma linha.

Foi no plano internacional que encontramos mais espaço para expressar uma política de desenvolvimento, paz e democratização, o que evidencia um cenário multipolar com a perda de poder do imperialismo (tendo como pano de fundo as grandes crises mundiais neoliberais), a forte presença da China e expressões regionais como a própria América Latina.

Na política internacional do governo Lula podem ser destacadas: a defesa da paz na Ucrânia e a não submissão à política de guerra sustentada pelos EUA (que subordinou a União Europeia); a defesa da paz e da dignidade do povo Palestino, também em conflito com a posição imperialista; o esforço de reconstrução do espaço comum latino-americano; e as iniciativas no âmbito dos Brics para favorecer o desenvolvimento econômico fora da hegemonia financeira dos EUA.

II. Perspectivas

Na revista DS nº 11, em artigo de Raul Pont, aparece nossa visão de conjunto sobre o papel do PT e da esquerda depois da eleição de Lula:

“A opção que imaginamos necessária começa pelo Partido e as Federações aliadas. Sem abdicar de defender e apoiar o governo, o PT e nossos aliados de esquerda, precisamos recuperar uma identidade própria, um sentido de futuro, que seja visível e compreendido pela sociedade brasileira. Ou seja, uma atualização programática, com propostas e bandeiras que visualizem alternativas ao quadro atual que vivemos, cinzento, confuso, opressor, tendendo à barbárie no Brasil e no mundo. Unificar as Federações de esquerda ou uma Frente de Esquerda é o caminho para construir essa identidade. Precisamos retomar o otimismo da virada do século no combate ao fórum dos ricos e poderosos de Davos, responsáveis por essas políticas econômicas de exploração, miséria e desigualdade social e reafirmar que “outro mundo é possível”. Agora não como simples bandeira de propaganda, mas com um conjunto de políticas públicas que efetivamente mudem a vida das pessoas e favoreçam que elas possam ser também protagonistas dessa construção de novos horizontes que nos façam caminhar.”

Permanecem valendo, portanto, as diretrizes fundamentais da nossa visão para as tarefas no período: eleito Lula presidente, continuam como desafios do PT e da esquerda brasileira construir a alternativa ao capitalismo neoliberal e colocar em marcha o processo de radicalização da democracia na sociedade e no estado no Brasil.

Os partidos políticos da classe trabalhadora, com o PT em destaque pelo seu papel histórico e por estarmos disputando sua direção, ainda não transformaram a grande vitória de 2022 em alavanca para novas conquistas democráticas estratégicas na sociedade e na institucionalidade, sem as quais nenhuma vitória eleitoral estará garantida. Sem uma firme referência programática e de lutas coerentes de esquerda as perdas de identidade de classe não serão superadas, a formação de maiorias populares ativas e decisivas para a democracia não se realizará.

A construção da unidade das forças baseadas na classe trabalhadora mantém toda sua atualidade nos processos eleitorais e nos processos de governos eleitos, nas disputas parlamentares e, sobretudo, na construção de novas agendas e novas conquistas além das que o governo consegue implantar numa dada correlação de forças. As eleições não encerram o processo de disputa mais ampla para implementar o programa de reconstrução e transformação.

É preciso dar forma concreta a um plano comum de lutas e de mobilizações democráticas e antineoliberais, sindicais e populares, feministas, antirracistas, LGBTQI++. É preciso escolher essas lutas suas consignas e retomar as mobilizações. Temos uma longa experiência de construção de movimentos de massas. É possível dar esse passo.

As eleições municipais são disputas que tem como objetivo conquistar prefeituras e bancadas para o PT e a esquerda avançarem na luta contra o neoliberalismo e pela democracia com participação popular. Esse é o sentido que devemos imprimir às próximas eleições.

A combinação entre a retomada dos movimentos de massas com a unidade da esquerda nas disputas municipais serve à estratégia de reforçar a capacidade conjuntural da esquerda e ao objetivo de chegar a 2026 com mais força para vencer a eleição presidencial e formar maioria para governar.

O principal limite das experiências de governo nacional lideradas pelo PT deve ser identificado como a ausência de um programa de superação do neoliberalismo no Brasil, inserido em uma perspectiva internacional de lutas sociais e políticas pela construção de uma nova ordem mundial. Este limite central está agora renovado no atual governo Lula pelo impasse entre o programa através do qual foi eleito e as condições para implementá-lo.

Este impasse político central é elevado a um novo patamar dramático diante da nova conjuntura regressiva vivida pela ordem internacional organizada pelo neoliberalismo, liderada pelo Estado norte-americano. Ao mesmo tempo em que esta crise alarga o campo de contestação e superação possível do neoliberalismo em função de sua crise aberta e profunda de legitimidade, ela pune com a impopularidade as forças políticas de esquerda ou centro-esquerda que não conseguem construir respostas coerentes a ela.

Diferentemente da conjuntura de ascensão dos primeiros governos de esquerda e centro-esquerda na América Latina, agora há um processo de estagnação crônica da economia internacional, que se expressa mais duramente nas sociedades dos países que estão em uma condição dependente ou subordinada. Sem um enfrentamento decidido do paradigma neoliberal, programas

desenvolvimentistas e de melhorias de vida para as classes trabalhadoras tendem rapidamente ao impasse.

A luta de classes ganhou um padrão de polarização novo, com a degradação institucional das democracias neoliberais e com a ascensão de forças de extrema-direita, articuladas internacionalmente. Sem movimentos políticos e sociais enraizados e unificados para enfrentar esta ameaça de regressão, a luta institucional tende a operar em um território minado.

No primeiro ano do terceiro governo Lula, duas guerras - de dimensões geopolíticas e humanitárias extremamente graves - foram desencadeadas, refletindo a opção militarista do Estado norte-americano para a superação de sua crise de liderança mundial, com o apoio vergonhoso dos principais Estados europeus. Mais do que nunca, não é possível pensar as lutas políticas nacionais sem incorporar o andamento da crise internacional da ordem neoliberal.

Um programa político de superação do neoliberalismo no Brasil deve ser concebido como histórico (pensando todo um novo ciclo de acumulação progressiva de forças); estrutural (deve ser capaz de obter conquistas que elevem qualitativamente o caráter republicano e democrático do regime político em um sentido antineoliberal); internacional (deve ser capaz de aumentar estrategicamente a soberania nacional e sua inserção em organizações e redes internacionais antineoliberais); integral (deve ser capaz de articular coerentemente as mudanças na cultura política, no regime político e na macroeconomia, criando as bases de uma nova hegemonia). Ele só será possível com um fortalecimento qualitativo do grau de organização e capacidade comunicativa, unidade e politização dos movimentos democrático-populares e suas expressões partidárias.

Este programa histórico se relaciona, apoia dinamicamente, mas se diferencia de um programa de governo que tem necessariamente de organizar sua agenda a partir das correlações de forças instituídas. O protagonismo deste programa deve ser a frente de partidos, liderada pelo PT, e a unidade construída dos movimentos sociais. Sem este programa, os partidos e os movimentos sociais ficam subordinados às possibilidades circunstanciadas do governo, sem capacidade de dirigir a construção de uma dinâmica de criação de uma nova correlação de forças, que é incontornavelmente necessária para o governo pôr em prática o programa eleito.

Não há uma experiência paradigmática histórica de superação do neoliberalismo que possa servir de referência hoje no plano internacional. Este programa só pode ser construído pela análise crítica das estruturas de domínio neoliberal no Brasil, inseridas na rede de dominação neoliberal internacional liderada pelo Estado norte-americano.

Ele constitui, de conjunto, uma dinâmica de revolução democrática, construída a partir dos valores e perspectivas do socialismo democrático. Forma um novo bloco histórico, um sistema de alianças políticas e sociais, centrada nas classes trabalhadoras e com alianças que isolam os núcleos de classe dominantes que sustentam o neoliberalismo, o capital financeiro e o agronegócio, associados às redes de financeirização internacionais.

Após mais de cinco décadas de domínio internacional centrado no Estado norte-americano, o neoliberalismo sobrecondiciona a conjuntura política latino-americana – e em particular o Brasil - a partir de cinco impasses histórico estruturais. A sua superação demanda reformas estruturais e não apenas alterações de correlações de força e por isso devem ser pensados em ciclos históricos.

Estes impasses – o da cultura política, o da soberania nacional, o macroeconômico, o da universalização dos direitos humanos ou da construção de Estados Bem-Estar Social pós-neoliberais – são de fato unificados e convergem para o impasse democrático-popular, ou republicano democrático ou ainda republicano social (como Marx chamou o republicanismo da Comuna de Paris, diferenciando-o das repúblicas liberais). Ou seja, a constituição de um novo regime de poder político radicalmente democratizado de um ponto de vista nacional, classista, feminista e antirracista, tendencialmente socialista democrático.

Uma estratégia pragmática de enfrentamento destes impasses, que impedem a aplicação do programa a partir do qual Lula foi eleito, seria a que se centra na conquista de um padrão mínimo de governabilidade e procura, a partir de disputas e conciliações, avançar por melhores condições de governo ainda dentro do paradigma e das instituições neoliberais. Na medida em que o governo avançasse, mesmo que parcialmente, na aplicação de seu programa, sua popularidade se elevaria, favorecendo a progressão eleitoral das forças democráticas e populares nas eleições de 2024 e, depois, 2026. Esta progressão eleitoral, somada a um reforço das organizações populares e sindicais, permitiria, enfim, uma aplicação mais plena do programa em um eventual segundo mandato.

O grande risco desta estratégia pragmática é o do sentido e do ritmo. Em uma condição internacional adversa, sob a chantagem de um Congresso conservador, frente à agressiva política rentista do Banco Central e da forte deterioração da capacidade de tributação do Estado brasileiro, tendo que enfrentar ao mesmo tempo o duplo desafio de uma extrema-direita organizada na base e nas redes e uma mídia empresarial massivamente hostil, o governo Lula verá desvanecer a legitimidade de seu mandato de mudanças e atrasará o seu tempo político em relação às disputas eleitorais decisivas. Isto é, sem uma dinâmica mais ousada e possível de enfrentamento do paradigma neoliberal na macroeconomia e sem uma ofensiva política democrático-popular em torno dos temas fundamentais de seu programa, confrontado com o paradigma neoliberal, o risco de um impasse e desgaste político do governo Lula seria praticamente inevitável.

Este impasse entre governos nacionais com programas de transformação e Congressos Nacionais de maiorias conservadoras foi certamente vivido dramaticamente em cada um dos governos Lula e Dilma. Foi também o impasse central do governo Goulart, com seu mandato contestado e sem capacidade de aprovar no Congresso Nacional as chamadas reformas de base que seriam fundamentais para construir a soberania nacional, como fazer a reforma agrária e superar o subdesenvolvimento.

Entre uma política de acomodação às limitações impostas de aplicação do programa e uma política de sua aplicação sem criar as condições de legitimidade e correlação de forças necessárias, o caminho que se impõe é aquele que combina uma ofensiva da aplicação do programa forçando os limites das condições de governabilidade, ao mesmo tempo em que se deslancha um movimento político nacional por reformas estruturais, que aprofundem qualitativamente as dimensões republicanas democráticas

do Estado brasileiro, em superação de sua atual configuração fortemente limitada pelo regime neoliberal.

Cria-se, assim, uma dialética nova e criativa entre governo e sua base popular organizada: a popularidade em crescimento do governo fortalece suas bases sociais e estas convergem para um esforço nacional de superar os seus limites atuais de organização, enraizamento, comunicação, unidade e politização.

III. PT, programa e democracia

É preciso abrir um amplo esforço de elaboração e organização no PT para atualizar o debate do seu próprio papel face à enorme, renovada e complexa chance histórica de transformação do Brasil que combine democracia e socialismo. Nesse contexto, cabe especial destaque à defesa da democracia interna do partido. A ausência do PT na luta política tem tudo a ver com a rarefação programática e com a diminuição radical da sua democracia interna.

Para cumprir o principal desafio que se apresenta, a atualização programática, ou seja, um horizonte de lutas, o Partido e a unidade de esquerda, com base na coligação das Federações (PT, PV, Pcdob) e (PSOL, Rede) e outros aliados no campo democrático e popular, devem propor e mobilizar amplos setores sociais para sua realização.

Esse programa de lutas, de mobilização e conquistas servirá, também, para enfrentar a pressão e o cerco que as elites conservadoras mantêm sobre o Governo Lula.

Além da defesa e apoio às políticas governamentais em curso, a atualização programática tem que contemplar e aproveitar o clima eleitoral que se inicia. Sem prejuízo de uma ampliação do debate e de outros temas com as outras forças aliadas, devemos propor questões como:

- a) Ampliar os mecanismos de participação popular atuais junto ao Governo e defender a democracia participativa como elemento central das nossas candidaturas municipais em 2024.
- b) Campanha nacional pela elevação do salário-mínimo e dos pisos regionais existentes, isenção de Imposto de Renda até 5 salários-mínimos e regulamentação do trabalho prestado via aplicativos.
- c) Garantia dos mínimos constitucionais obrigatórios da União, Estados e municípios nos recursos orçamentários em Educação, Saúde e Assistência Social.
- d) Discutir e incorporar com os movimentos sociais e as setoriais partidárias as reivindicações e propostas do feminismo, do antirracismo, dos povos originários e dos grupos LGBTQIA+.
- e) Água, energia, transporte coletivo e comunicação são serviços públicos essenciais e não podem ser mercadorias e fonte de acumulação capitalista.

f) As bases da tributação nas várias esferas administrativas devem ser, majoritariamente, diretas e incidir sobre heranças, propriedade, lucros e ganhos de capital.

g) O regime democrático deve garantir proporcionalidade idêntica na representação da cidadania e governabilidade aos eleitos. Por uma reforma política, democrática que garanta esses princípios e fortaleça os partidos, a igualdade de gênero e combata a corrupção e o clientelismo das emendas parlamentares, e do voto nominal.

h) A Constituição de 1988, considerada “cidadã” por garantir direitos, reproduziu a herança conservadora de décadas de ditadura e manteve instituições burocratizadas, privilegiadas e repressivas que não combinam com a democracia. FFAA formadas e organizadas para as funções da GLO e do combate ao “inimigo interno” não combina com Defesa Nacional. Nem Segurança Pública com Polícias Militarizadas e sem autonomia federativa. Da mesma forma, Judiciário, MP, Tribunais Militares, burocratizados, vitalícios, com subsídios sem controle e previdências próprias estão cada vez mais distantes da população. É inadiável o debate, a reforma e a mudança desses privilégios numa democracia contemporânea.

Esses temas ilustram a necessidade de um amplo projeto de reformas estruturais que o país precisa e deve fazê-lo amplamente, envolvendo nossos partidos e toda a cidadania.

Em suma, as forças populares que defendem o Governo Lula são responsáveis por apresentar, mobilizar e pôr em marcha um projeto programático atualizado e em sintonia superadora com que o Governo vem realizando.

Nosso Partido não vem cumprindo este papel. Assim como ocorreu nos primeiros governos com Lula e Dilma, o PT vem assumindo cada vez mais uma função de correia de transmissão, de justificativa das ações governamentais.

Em questões relevantes como o novo arcabouço fiscal, a minirreforma eleitoral, a desoneração da folha de salários em prejuízo da Previdência, na redução dos mínimos constitucionais em saúde e educação, nas mudanças do Ensino Médio, entre outras medidas, o protagonismo do PT (e do Diretório Nacional) é residual, quase ausente. As iniciativas do Partido ao governo, menos ainda. No caso da minirreforma eleitoral a bancada não apresentou nem defendeu no debate questões como o voto em lista partidária fechado nem a desproporcionalidade entre os Estados na representação da cidadania.

Essa realidade é consequência também das mudanças e posições assumidas pela maioria no DN que enfraquecem e paralisam o conjunto do Partido.

A não renovação estatutária dos mandatos diretivos e sua prorrogação até 2025 foi um grave erro político. Na primeira oportunidade que o PT teria para apresentar-se como um partido democrático não renovamos as direções partidárias, inclusive, nos municípios que se preparam para as eleições em 2024. Prorrogar os mandatos das direções nacional e estaduais já era uma contradição com a necessidade de nos apresentarmos como o Partido com a maior democracia interna (eleições com

direito de tendências com representação proporcional, igualdade de gênero e cotas raciais e de juventude). A partir da decisão de prorrogar os mandatos municipais, o DN foi mais longe, praticando ruptura estatutária, ao permitir aos Diretórios Municipais através de 2/3 de seus membros definir, inclusive, candidatura majoritária, negando, de fato, o direito do encontro municipal e de prévias que o estatuto garante.

O comportamento de “fração majoritária” — uma contradição nos próprios termos pois uma maioria, em tese, poderia dirigir democraticamente — por parte da corrente majoritária, ao centralizar previamente seus membros antes das reuniões do DN e substituir a direção, enfraquece e paralisa o papel da direção partidária na iniciativa política e nos debates estratégicos que o PT necessita. Agravado pelo período da pandemia, o DN passou a reunir quase exclusivamente de forma virtual, sem a possibilidade do encontro presencial, com tempo que permita a conversa, o argumento e a construção de consensos.

Como deve ocorrer em um organismo diretivo de iguais, a busca de uma orientação comum deve prevalecer e não simplesmente demarcação de maiorias e minorias. É flagrante e inegável esse vazio, essa lacuna. Não bastam nossos documentos fundacionais. É preciso atualizar e materializar conquistas no momento presente.

Qual é a nossa proposta de democracia participativa para o país do Governo Federal aos municípios? Qual é nossa proposta de reforma do sistema eleitoral? Não enfrentamos com unidade nem a minirreforma recente! Qual é nossa proposta para uma nova política de Defesa Nacional frente à estrutura atual das FFAA? Qual é a nossa proposta de política tributária direta e progressiva?

A lista de uma atualização programática é longa e uma exigência inadiável. Não será apenas de um Governo de composição ampla, bem maior do que os Partidos que venceram no primeiro turno, que partirá essa iniciativa. Ao contrário, com minoria no Congresso, corremos o risco de propostas que mantenham ou piorem, do ponto de vista democrático e popular, as instituições e as políticas públicas no país. Dali não teremos, por exemplo, nenhuma iniciativa que permita o Governo Lula substituir as emendas parlamentares por um Orçamento Participativo para ficarmos numa proposta repetida durante a campanha eleitoral.

Nesse sentido, o PT necessita praticar radicalmente a democracia partidária, repensar estas últimas medidas funestas de prorrogar mandatos e dar outra função a sua Direção Nacional. É urgente a pauta de atualização programática e estratégica. A burocratização e a subordinação à lógica dos governos que elegemos não é uma novidade na história mundial dos partidos de esquerda. Ter consciência e vontade política de enfrentar o problema é o primeiro passo na tentativa de reverter a tendência negativa.

Temos que insistir, junto com outras correntes do Partido, na mudança de funcionamento do DN. Com pautas nacionais e internacionais, estratégicas, que nos permitam aprová-las em Congressos Partidários, democraticamente construídos.

Por fim, exige recuperar o balanço das alterações estatutárias na virada do século com o Processo de Eleições Diretas (PED) e as outras alterações em relação à sustentação material do Partido, a não contribuição financeira do filiado sem mandato ou cargo comissionado em qualquer esfera administrativa ou legislativa.

Essas mudanças estatutárias não aumentaram a participação contínua dos filiados nem melhoraram a democracia interna partidária. Ampliaram a dependência aos mandatos e ao fundo partidário, desmotivaram a organização e a nucleação do Partido. Deixamos de ser o Partido da militância e da iniciativa da organização de base para ser mais um Partido eleitoral com uma enorme e crescente diferença entre os eleitos, os dirigentes e o filiado de base.

O simples processo eletivo, sem debate, sem discussão, sem a possibilidade de cotejar e avaliar propostas distintas e de balanço e perspectivas para as várias instâncias transformam o PED numa corrida desenfreada de filiações sem critérios, de diretórios fantasmas, de atas fraudadas que são o oposto da nossa origem e das primeiras décadas do Partido.

Nossos encontros e congressos em todos os níveis podem e devem ter o voto direto de todo filiado, com colégios eleitorais previamente definidos de modo consensual e sem fraudes, com processos transparentes e atrativos para a ampla militância e filiados do Partido, que o transforme na força viva e atuante que precisamos.

Esta luta deve ser permanente da nossa corrente dentro do Partido.